Indios tembés do Pará fazem mais um refém

Funcionários da Funai são detidos para obrigar presidente do órgão a comparecer à reserva

Pará fizeram, ontem, refém mais um funcionário da Funai no posto indígena Canindé, na reserva do Alto Rio Guamá (300km a leste de Belém). Na terça-feira, o indigenista Wellington Figueiredo, de Brasília, os funcionários Regina Célia Fonseca e Paulo Brabo, de Belém,

BELÉM - Os índios tembés do e o chefe do posto em Canindé, Francisco Potiguara, foram detidos pelos índios quando chegaram às 10h30min à aldeia. Ontem, o administrador de São Luís, José Arão, chegou ao posto e também foi feito refém.

Os tembés pressionam por uma ação imediata da Fundação Nacioreserva alguns fazendeiros, madeireiros, pequenos agricultores e até plantadores de maconha, que invadiram parte dos 279 mil hectares da área indígena.

Os funcionários detidos foram enviados pela Funai para fazer um levantamento das invasões na área

ser tomadas em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Polícia Federal.

Os cerca de 700 índios reunidos no posto Canindé exigem a presenca do presidente da Funai, Márcio Santilli, para negociar pessoalmente a maioria, há índios timbiras, urubu-caapós, guajajaras e awáguajás. Eles vivem no lado maranhense da reserva, que fica na divisa entre Pará e Maranhão.

Irritados com a negativa do presidente da Funai, Márcio Santilli, de ir à reserva, até as 17h30min de ontem, os índios mantinham os cinco reféns de mãos amarradas. Segundo o administrador interino de Belém. Mário Ferreira Filho, a situação é tensa e, apesar de estarem algemados, os refens estão sendo bem tratados. Ferreira Filho está em contato com os índios e os reféns através do rádio.

Os índios ameaçam começar uma greve de fome a partir de hoje, para forçar a presença do presidente da Funai. Os reféns farão a greve compulsoriamente. A Funai de Belém informou que Santilli deve chegar hoie ao Pará para negociar com os tembés. Santilli pretende se reunir em Belém com os índios, que viajariam junto com os funcionários detidos. Até as 17h30min de ontem, os índios ainda insistiam que Santilli fosse até a aldeia.

MANIFESTAÇÃO - Lideranças de povos indígenas e representantes de entidades indigenistas realizaram, ontem pela manhā, uma manifestacão contra o Decreto 1.775 do Governo, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, O Decreto 1.775, assinado este mês, permite contestações às demarcações de áreas indígenas. Cerca de 30 pessoas participaram do ato, que foi acompanhado por parlamentares do Partido dos Tra-

nal do Índio (Funai) para tirar da e apontar medidas que poderiam com eles. Além dos tembés, que são balhadores (PT) e organizado pelo Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil e pelo Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas. Depois, os índios e os deputados entregaram no Palácio do Planaîto, um documento de protesto contra o decreto do Go-

> m Homologação - Já estão definidas as primeiras áreas indígenas que terão o decreto de homologação assinado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, depois da mudança das regras para demarcação de terras. No Estado de Roraima, serão homologados os 8.182 hectares da área Canauanim, dos macuxis e uapixanas; 14.217 hectares da área Jabuti, também dos macuxis e wapixanas; outros 14.084 hectares da área Ibirama, dos guaranis mbia, a andevas e xoclengs, em Santa Catarina; e os 5.305 hectares da área Maxacali, do povo maxacali, em Minas Gerais.

> Os decretos de homologação sairão nos próximos dias e elevarão para 21 o número de áreas em fase final de demarcação, que só dependem agora de registro. As novas quatro áreas também estão sujeitas a revisão, caso sejam contestadas na Justica, segundo a interpretação de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Mas o Governo alega que assumiu um compromisso político de respeitar os direitos das terras já homologadas e indenizar aqueles que se sentirem prejudicados. Isso evitaria uma avalanche de acões na Justica.



